

046/91

Algo S,

46.91

**Ives Gandra da Silva Martins**

RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A ALEMANHA

**IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,**  
*Professor Titular de Direito Econômico  
e de Direito Constitucional da Faculdade  
de Direito da Universidade Mackenzie e  
Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos  
da Federação do Comércio do Estado de  
São Paulo.*

*Em Bonn, Alemanha, sob o patrocínio da Fundação Konrad Adenauer e da Sociedade Teuto-Brasileira realizou-se, na semana passada, o III Seminário Brasil-Alemanha-Europa, com a presença de políticos, cientistas, ministros de Estados, professores universitários e embaixadores dos dois países.*

*A temática foi variada, versando sobre política exterior (Ministros Bernhard Vogel, Francisco Rezek, embaixador Holanda Cavalcanti e Professores Hermann Gorgen e Anton Reithinger), política e instituições (Professores Arthur Rios, David Fleischer, Cotrim Neto e Ministro Alberto Hoffmann), política ambiental (Professores Tânia Munhoz, Leda Matos dos Reis, Gerd Kohlhepp e embaixador Meira Penna), política econômica (Deputado Roberto Campos, Professores Peter Toebelmann, Ives Gandra Martins, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Winfried Jung, Wolf Grabendorff, Rainer Kaltenbach e Aécio Cunha), política sindical (Professores Cássio Mesquita Barros, Wolf Paul e o Líder Sindical Emilson Simões), relações da Igreja com o Estado (Don Boaventura Kloppenburg, Cônego Vidigal de Carvalho e Padre Décio Zandonade), Cultura e Ensino (Professores Karl-Josef Hollender, Lothar Kraft, Horst Schirmer, Josef Thesing, Flávio Kothe, Dieter W. Benecke e Maria José de Queiroz).*

-2-

*Pela temática e pelo nível dos conferencistas, exceção feita ao deste articulista, percebe-se quão rica foi a reunião patrocinada pela Fundação vinculada ao partido do Primeiro-Ministro Kohl.*

*O debate franco entre brasileiros e alemães resultou profícuo, na medida em que, sem veleidades, as posições de cada país nos diversos temas foram veiculadas com clareza e nitidez.*

*No campo econômico, ficou evidente que a vinda de investimentos alemães depende fundamentalmente de três conjugados fatores, a saber: 1) obtenção de estabilidade econômica (inflação sob controle) e segurança jurídica para os investimentos futuros; 2) detecção de sinais de que os capitais brasileiros no exterior começam a retornar para o país, em demonstração de que os brasileiros voltaram a acreditar na economia brasileira; 3) levantamento dos recursos disponíveis da Alemanha após a projeção dos gastos para a integração da Alemanha Oriental, que não serão pequenos, em face da diferença de nível dos padrões de vida e evolução econômica e tecnológica das duas Alemanhas.*

*A minha proposta de redução do complicado sistema de 58 tributos para 5 impostos (imposto sobre a renda, patrimônio imobiliário, circulação de bens, serviços e títulos, comércio exterior e seguridade social) foi bem recebida, tendo alguns participantes sugerido que a própria Alemanha reestude o seu sistema tributário em linha semelhante a que eu propusera, visto que o seu regime jurídico de tributos, nos últimos anos complicou-se acentuadamente.*

*No campo da cultura, relações da Igreja, relações internacionais, política, instituições jurídicas, relações laboriais, os diagnósticos foram equivalentes, havendo um consenso no sentido de que o Brasil*

-3-

está mais aberto às relações internacionais que no passado, a democracia representou real avanço na participação do povo em decisões nacionais, que o sindicalismo não político é o sindicalismo de melhores resultados, que há vigoroso movimento cultural no país, com necessidade de fortalecimento de suas estruturas educacionais e do nível de ensino. Quanto à Igreja, restou também evidente que o gradual abandono da ação política pela ação pastoral dos sacerdotes católicos principia a ofertar terreno fértil para a recondução dos fiéis aos templos e às práticas religiosas.

Foi, todavia, a matéria ambiental, aquela que mais interessou aos alemães, com firme disposição para colaborar com o país. Em minha intervenção, após a palestra do Professor Gerd Kohlhepp da Universidade de Tübingen, lembrei que a Europa esgotara sua cota de preservação das florestas nos séculos passados, como, de resto, fizeram todos os países desenvolvidos, não sendo legítimo que pretendam agora que o Brasil assegure-lhes o que eles não souberam conservar, isto é, que prejudique seu próprio desenvolvimento para que os países desenvolvidos continuem mais desenvolvidos, razão pela qual tal ônus teria que ser por eles pago, nos termos impostos pelo Brasil, no exercício de sua soberania. Para minha surpresa todos os alemães presentes, inclusive os representantes da Fundação do partido do governo, concordaram ser correto o diagnóstico e a solução, a qual deveria ser composta de dois tipos de recursos, a saber: o primeiro destinado à preservação, com a adoção de técnicas modernas de combate ao desflorestamento, e o segundo, uma indenização anual pela não utilização do solo coberto pela floresta amazônica.

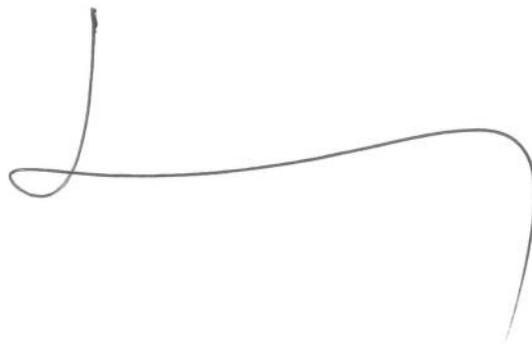
Sem preconceitos e com franqueza, brasileiros e alemães examinaram o problema, concluindo que a soberania nacional deveria ditar as normas da preservação ambiental, que, aceitas pelos países desenvolvidos, se transformariam em recursos para a defesa da floresta amazônica e para utilização em outros projetos de desenvolvimento, representando uma espécie de indenização pela não utilização do solo amazônico.

U

**Ives Gandra da Silva Martins**

-4-

*Estou convencido que Seminários como o ocorrido entre 7 e 13 de julho de 1991, facilitam o encontro de soluções criativas e inteligentes, com o que pelo conhecimento dos fatos, como dizia Roberto Campos em prefácio para livro meu, consegue-se evitar a fatalidade.*

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized letter 'I' followed by a horizontal line that curves upwards at the end.